



Cartografias e contracartografias na documentação do patrimônio. Olhares sobre Belém entre 1940 e 1960.

Izabella Melo¹

Celma Chaves²

George Lima³

Resumo: O presente artigo discute as relações existentes entre o patrimônio arquitetônico e documentação cartográfica em duas áreas na cidade de Belém. Nesse sentido, elegeram-se as décadas de 40 a 60 do século XX como recorte temporal, em decorrência da relevância destes anos para a conformação de uma imagem metropolitana e moderna belenense, e as áreas da Avenida Presidente Vargas e o bairro do Guamá como lugares de estudo. Utilizaram-se como procedimentos metodológicos a pesquisa documental e análise qualitativa representada por meio de cartografias existentes e elaboradas para o estudo. Constatou-se que as transformações representadas em cartografia durante o intervalo adotado, pautaram-se no discurso progressista da modernidade tendo como meio material, a modernização. Além disso, percebeu-se que os documentos produzidos celebravam processos históricos episódicos diante das questões apresentadas na totalidade da realidade da cidade. Por fim, observou-se que os silêncios e a eloquência dos mapas contribuíam para uma leitura da cidade que determinava o que deveria ou não constituir patrimônio cultural material pelos órgãos oficiais.

Palavras-Chave: Patrimônio; Cartografia; Modernização; Belém-PA.

Cartographies and “countercartographies” in heritage documentation. Regarding Belém between 1940 and 1960

Abstract: This article aims to discuss the existing relations between the architectural heritage and cartographic documentation in two areas from the city of Belém. In this sense, the 40's to 60's decades from the twentieth century were elected as the time frame, due to the relevance of these Years for the conformation of its metropolitan image as a modern capital city, as well as the President Vargas Avenue and Guamá neighborhood, as spatial frames. Documentary research and qualitative analysis represented by existing cartographies and elaborated one's were used as methodological procedures. It was found that the transformations represented in cartography during the period adopted were based on the progressive discourse of modernity through modernization. Furthermore, the documents produced celebrated episodic events in the face of the entire reality of the city. Finally, the silence and eloquence of the maps were credited with reading the city and what should or should not constitute its architectural heritage by official bodies.

Keywords: Heritage; Cartography; Modernization; Belém-PA.

-
- 1 Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Pará. Mestranda na área de Análise e Concepção do Espaço Construído na Amazônia pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - PPGAU - UFPA (2018).
 - 2 Mestre em Tecnologia do Ambiente Construído pela Escola de Engenharia de São Carlos (1995), Doutora em Teoria e História da Arquitetura pela UNIVERSIDADE POLITÉCNICA DA CATALUA (2005), professora associada IV da Universidade Federal do Pará.
 - 3 Universidade Federal do Pará (UFPA). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Instituto de Tecnologia, Grupo de Pesquisa CNPQ “Arquitetura, Cidade e Modernização”. Bolsista no Laboratório de Historiografia da Arquitetura e Cultura Arquitetônica (LAHCA). Graduando em Arquitetura e Urbanismo.

Introdução

Neste artigo, busca-se uma aproximação aos mapas como suporte documental para compreensão das transformações do espaço edificado. Nessa perspectiva, entende-se que a cartografia pode nos revelar os olhares lançados sobre a cidade, e que podem ter como resultado tanto uma representação inclusiva de seus processos, edifícios, histórias e atores, bem como promover a invisibilidade destes, de acordo com interesses e finalidades a que são construídos.

Por meio da cartografia histórica e de mapas elaborados a partir dos fenômenos estudados, pretende-se trazer à luz como determinadas áreas da cidade de Belém foram representadas nesses mapas, e como essas representações, de forma velada ou explícita, trataram os processos de modernização que eventualmente tenham se dado nos respectivos espaços. Consideram-se esses apontamentos sob a perspectiva que este modo de selecionar eventos, relaciona-se à construção da ideia de patrimônio cultural material na capital do Pará.

Nesse sentido, tratam-se de duas áreas da cidade: Avenida Presidente Vargas, no denominado centro da cidade; assim como o bairro do Guamá, situado em uma área periférica, às proximidades das margens do rio de mesmo nome. Adotou-se como recorte temporal as décadas de 40 a 60 do século passado, uma vez que a documentação indicou a importância deste período nos termos da transformação do espaço construído de Belém. A compreensão do fenômeno pautou-se na pesquisa documental e análise qualitativa representada em cartografia.

O artigo estruturou-se, para além desta introdução, em três tópicos e considerações finais. O primeiro, correlaciona as transformações espaciais de Belém nos dois recortes espaciais durante o recorte temporal à documentação que lhe registrou, em especial a cartografia. No segundo, especificam-se os diversos mapas produzidos no decorrer do intervalo adotado e a construção da imagem de patrimônio a ser evidenciada ou silenciada. No terceiro tópico, discutem-se outras cartografias possíveis de construção a partir de perspectivas que primam pelo aspecto simbólico da cartografia. Finaliza-se este artigo com as considerações finais, onde se evidenciam os silenciamentos e discursos que constituem a dinâmica de configuração do patrimônio cultural material arquitetônico em Belém.

Interfaces entre modernização e o patrimônio: um caminho pela modernidade/colonialidade

Compreender a modernização a partir de uma leitura que convenha aos parâmetros que constituem a ideia de patrimônio cultural material, em uma cidade como Belém, passa pela investigação da modernidade. Nesse sentido, convém apontar a relação entre a modernização e a modernidade: em linhas gerais, segundo Gorelik (1999), a modernização trata do conjunto de metamorfoses operadas no espaço, em instituições e outras áreas, no intuito de materializar os valores, o *ethos* de uma sociedade em um determinado período, e que se denomina moderno. Assim, o verbo transitivo direto “modernizar” possui como caráter a transformação de elementos cuja imanência não possui a modernidade, de sorte que a modernização e a modernidade são coetâneas e interdependentes. Essa relação que se observa nas culturas ocidentais ou ocidentalizadas desde a renascença, segundo Giddens (1990), possui lógicas adjacentes aos modos de se constituir e se conformar espacialmente cuja variação ocorre em função de alguns fatores, dentre os quais as relações econômicas, culturais, étnicas e geográficas.

No caso de Belém, capital objeto deste artigo, por seu passado colonial, a maneira pela qual a modernidade engendrou suas lógicas de conformação espacial, foi pautada em necessidades étnicas, geográficas, culturais e, sobretudo, econômicas oriundas do colonialismo europeu. Desde sua fundação em 12 de janeiro de 1616, residências, praças, palácios, fortificações, igrejas, ruas e avenidas, construíram-se na cidade pautadas em princípios cuja configuração partiu de pressupostos coloniais. Ainda que o colonialismo tenha sido superado no momento da independência no início do século XIX, a crença no crescimento a partir da exploração do território, viabilizada pela cooptação da mão de obra subvalorizada de outras etnias não brancas perdura em benefício de uma minoria que constitui o estamento local. Entretanto, esta dinâmica não prescinde de justificativas culturais, raciais e econômicas para que subsistam, de modo que a modernidade evoca o “*ethos* etnocêntrico, dualista, evolucionista, difusionista e colonizante” (NAME, 2021).

Estas observações convergem com a perspectiva teórica do grupo modernidade/colonialidade e a postura decolonial de autores como Arturo Escobar, Moldonado-Torres, Veríssimo, Farrés, Anibal Quijano, Walter Mignolo, dentre outros. Mignolo (2017) e Quijano (1992) ressaltam a colonialidade como pauta oculta da modernidade pela crença no progresso e triunfo característicos das sociedades burguesas ocidentais. Name (2021) e Mignolo (2017) descrevem a modernidade como um conjunto de valores eurocentrados de natureza provinciana compreendida como uma sequência de eventos:

conduzidos por europeus em espaços intraeuropeus, dos quais resultariam níveis superiores de sociedade, cultura, progresso, desenvolvimento, soberania e nação – em verdade inalcançáveis para a maioria dos demais povos e lugares, já que emolumentos que poucos obtêm dependem dos prejuízos de muitos (NAME, 2021, p. 2).

A relação entre modernidade e espaço, por meio da modernização, no giro decolonial carece de maior elaboração. Contudo, autores como Name (2021), Farrés Delgado e Matarán Ruiz (2012) aproximam-se de uma interpelação entre o espaço e os princípios teóricos do giro decolonial. Os dois últimos autores partem do panóptico em Foucault em direção à compreensão da relação entre o saber, o poder e o espaço (FARRÉS DELGADO; MATARÁN RUIZ, 2012). Ao deter-se nos mecanismos de conformação do espaço a partir da cultura e do saber, Farrés Delgado e Matarán Ruiz (2012) constataam que há lógicas de poder manifestas no espaço construído oriundas da cultura, ou seja, do *ethos* de modernidade, logo da colonialidade.

Esse modo de conceber o espaço construído mostra suas marcas indeléveis em Belém, assim como em sua política patrimonial que privilegia determinadas áreas da cidade que materializam certos discursos em prejuízo de outras espacialidades geralmente denominadas periféricas. No intuito de ilustrar essa realidade, podem ser observadas duas áreas da capital do Pará durante o recorte temporal adotado: a Avenida Presidente Vargas, área considerada o novo centro pelos jornais do período, entre as décadas de 1940 e 1960; e o bairro do Guamá, parcela da cidade adensada de forma acelerada no decorrer do mesmo intervalo.

Antes de adentrarem-se nas diferenças entre estes dois logradouros, faz-se necessário ressaltar suas semelhanças. Como parcelas do espaço construído em território amazônico pertencentes ao mesmo município, as dinâmicas gerais que configuraram suas realidades materiais são as mesmas, ainda que a maneira de se manifestarem tenham sido distintas. Segundo Gorelik (1999), entre as décadas de 40 e 60 a América Latina situava-se em um ciclo progressista da cidade moderna. Renunciava-se ao papel das vanguardas nacionais na condução das transformações territoriais e construção da identidade nacional, em função de um papel mais determinante do Estado na condução das metamorfoses necessárias à

consecução da civilização/modernidade. A modernização nacional conduzida estritamente pelo Estado keynesiano planificador determinou o terceiro momento do ciclo expansivo da modernidade/modernização denominado desenvolvimentismo (GORELIK, 1999).

As consequências desse momento para Belém são evidentes e podem ser observadas na documentação, representada pelos periódicos, relatórios administrativos municipais e estaduais, mapas, literatura local e material iconográfico que registra o aspecto físico destes dois recortes espaciais durante o intervalo. A observação da documentação permite concluir que apesar da semelhança geral geográfica e de princípios gerais norteadores, no mais, os diferentes papéis conferidos a ambos os recortes espaciais se refletem no caráter do espaço construído.

A antiga Avenida 15 de Agosto, atual Avenida Presidente Vargas, contemplou uma série de modificações que se iniciam antes do momento estudado, mais precisamente no ano de 1916 (BELÉM, 1916), ocasião de sua abertura. A partir de então, realizam-se uma série de construções possibilitadas a partir de estímulos estatais à iniciativa privada local, como a aprovação de leis municipais que determinavam gabaritos mínimos de 12 andares para os lotes lindeiros à Avenida e 10 andares para as suas transversais (CHAVES, 2004). Limitações de ordem econômica decorrentes da fragilidade dos circuitos econômicos locais dependentes da exportação de matéria-prima de baixo beneficiamento, somado à restrita capacidade bancária e industrial local (SANTOS, 2019), restringem a velocidade de verticalização da referida Avenida até o início da década de 1950 (CHAVES, 2011). Até 1945, a média em pavimentos dos edifícios construídos é de quatro. Nesse mesmo ano, o primeiro edifício com um número superior a esta é construído, o edifício Dias Paes com sete pavimentos. Em seguida, torna-se padrão a construção de edifícios com dez ou mais pavimentos: nove edifícios são construídos ao longo da Avenida entre 1945 e 1967 com até 25 pavimentos, no caso do Manuel Pinto da Silva cujos últimos blocos foram inaugurados em 1960.

Este significativo número de prédios construídos, foi erguido não só por meio de estímulos do Estado ao setor privado, mas também por aquele próprio ao construir suas sedes institucionais na respectiva avenida. Isso sinaliza a importância da verticalização para construção da imagem de metrópole, de cidade moderna, para Belém. Conota-se a gravitação da importância conferida às relações culturais entre o estamento local e as cidades cujo padrão de verticalização era intenso, notoriamente as cidades norte-americanas em detrimento das cidades europeias da qual destacava-se Paris (CHAVES, 2011; CHAVES; ARAÚJO LIMA, 2018). Diante disso, elabora-se um verdadeiro corredor da verticalização responsável pela construção de um microclima metropolitano amazônico (figura 1).

Figura 1 – Aspecto da Avenida Presidente Vargas na década de 60

Fonte: GAUTHEROT, [ca. 1966].

Nesse sentido, estas construções e demais intervenções modernizadoras realizadas ao longo da Avenida Presidente Vargas reforçam aquilo que se afirmou acima acerca da modernidade/colonialidade territorial: imprimem-se no espaço construído belenense uma série de edifícios cujos parâmetros construtivos advém de cultura exógena, não só como sinal de manifestação de identidade para com determinada cultura pautada na modernidade, mas também como forma de manutenção dos ciclos de exploração econômicas iniciados ainda no período colonial. A construção dos bancos, edifícios de apartamentos e demais instituições e serviços ao longo da Avenida Presidente Vargas são a manifestação material e arquitetônica de uma determinada perspectiva cultural que se pretende e se faz hegemônica por meio de seus agentes de modernização.

A repetição e celebração desta imagem metropolitana da cidade é evidente na documentação produzida durante este período (figura 02), como nos jornais que anunciam em tom triunfalista a construção dos edifícios supracitados. Entretanto, isto se faz em detrimento do silenciamento de outras áreas da cidade que, de certa forma, excluídas da ação do Estado, agente de modernização do centro, contam com estratégias próprias de conformação, nem todas adequadas à promoção das condições de vida seguras e benéficas para a sua população. Este é o caso do bairro do Guamá, o segundo recorte espacial, estudado por Melo (2020). Os primeiros documentos a atribuírem alguma ocupação à região datam ainda do século XVII. Contudo, é com a construção de uma olaria e posterior leprosário da Santa Casa de Misericórdia do Pará ainda no século XIX, que a área se articula às dinâmicas municipais, ou seja, inicialmente com o setor produtivo, para em seguida vincular-se a partir da lógica de isolamento (MELO, 2020). Outros hospitais de isolamento são erguidos no século XX, mas sobretudo os cemitérios prefiguram elementos fundamentais a esta área da capital. Estes primeiros serviços articulam o bairro a partir de lógicas que o tornam parte da periferia estrutural de Belém, de sorte que a população que não possuía meios de dispender o necessário a atender os códigos municipais de construção, passaram a se estabelecer na região (MELO, 2020) (figura 2). Diante disso, revela-se neste recorte outro aspecto da modernização desenvolvimentista, uma vez que a população que habita este bairro é em grande medida a dos atingidos, ou não contemplados pelos grandes-projetos governamentais.

Figura 2 – Da esquerda para direita: Manchete anunciando a construção do primeiro bloco do Edifício Manuel Pinto da Silva, década de 50; Vista geral, ruas e barracos do Leprosário do Tucunduba



Fonte: BELTRÃO e CHAVES, 2020; MELO, 2020.

Entretanto, apesar dos paradoxos o Guamá também participou dos processos de modernização em curso na capital paraense, mesmo que estes tenham manifestado novas faces no bairro e o tenham contemplado de maneira incompleta, sem melhorar consideravelmente a vida de sua população (MELO, 2020). Verifica-se que certas ações desenvolvidas na área estavam vinculadas a projetos e planos maiores que governos municipais e estaduais elaboravam para Belém. Neste contexto, foram construídos durante o período estudado uma série de edificações e equipamentos públicos que se relacionavam a outros que também se erigiam em diversas áreas da cidade. Destacam-se deste momento, as inaugurações de espaços como: a Escola de Enfermagem Magalhães Barata (1944); o mercado público do bairro (1945); o posto médico (1952), primeiro de uma série de cinco planejados pelo governo estadual para outros bairros da cidade; o Grupo escolar Frei Daniel (1952); o Clipper (1960); a Escola Paulo Maranhão, inaugurada na década de 60 e reformada entre 1966 e 1971; o Conjunto residencial Alacid Nunes (1968) e a Universidade Federal do Pará (1968) (figura 3), instituição que modificou consideravelmente a lógica do bairro e propiciou posteriores intervenções do poder público no mesmo.

Figura 3 – Vista aérea da construção do campus da Universidade Federal do Pará no bairro do Guamá, década de 60



Fonte: Rádio Web UFPA, 2017.

Os lugares e suas representações cartográficas em Belém

As cartografias, de forma semelhante aos edifícios e a estrutura física das cidades, dizem muito sobre as sociedades que lhes construíram e que buscam representar, tanto naquilo que suas linhas apresentam, quanto no que tentam esconder. Em diversos momentos estes registros foram os principais responsáveis por documentar o que cada sociedade julgou ser importante de evidenciar, os lugares a serem conhecidos e reconhecidos, e o que em diferentes épocas foi considerado patrimônio. Por este motivo, ao mesmo tempo em que as cartografias contribuem consideravelmente para o entendimento de como eram certos espaços, também devem ser lidas com muita atenção, pois é necessário desvelar muito mais do que um rápido olhar captura, e entender o que dizem seus símbolos, margens e silêncios (HARLEY, 2005, 2009).

No campo de estudo da história urbana as cartografias têm desempenhado um duplo papel, auxiliando tanto na investigação de mudanças territoriais como servindo de suporte para a apresentação de resultados de pesquisas e reflexões acerca das alterações e modos de ver o espaço. É possível verificar nos trabalhos desenvolvidos sobre certas cidades latino-americanas e os processos de modernização pelos quais passaram, que este tipo de documento tem desempenhado um papel de destaque.

De acordo com Gorelik (1999) a cidade latino-americana foi objeto privilegiado de reforma e ponto a partir do qual era possível expandir a modernidade, logo, é necessário investigá-la para entender esse processo. Para Guardia, Monclús e Oyón (1996, p. 122), “*decir espacio supone, de una u otra manera, mapeificar*”. Portanto, não parece incomum o interesse que muitos autores, que se dedicam a investigar as cidades e as mudanças pelas quais estas passaram, têm pelos documentos cartográficos.

Entretanto, os mapas, como outros tipos de documento, não são neutros, mas resultado das condições políticas, sociais e culturais, que implicaram diretamente na forma como foram concebidos. Diversos autores afirmam que na elaboração dos documentos cartográficos há uma dicotomia entre dados objetivos e olhares subjetivos. Silva (2011) reitera que a cartografia reúne duas formas de conhecimento sobre o espaço, a ciência e a arte. De maneira semelhante, Collado (1999) argumenta que a cartografia urbana se situa na luta entre as exigências técnico-documentais e as estético-simbólicas. Rausch (2012) alega que o ponto central do debate atual é justamente a consideração do mapa como um dado ou como uma representação, isto é, como um produto cultural, perspectiva que segundo a autora explora um caminho que situa os mapas no campo das invenções, mas não a ideia empírica de invenção, e sim ao olhar inventivo, aquele que pode construir realidades.

Na obra de Harley (2005, 2009) também está presente a compreensão de que as cartografias são construções. Para o mesmo, os mapas não são simplesmente nem verdadeiros nem falsos, mas a maneira como são construídos indicam o modo encontrado pelas sociedades para imaginar, articular e estruturar o mundo. E reitera que as diferenças sociais são maquiadas, construídas e legitimadas nos mapas a partir de truques cartográficos, aqueles que tem poder são evidenciados, enquanto que outros espaços e grupos sociais são negligenciados (HARLEY, 2005; 2009).

Para Harley (2009) ainda que tenha havido diversos avanços na tecnologia informática os mapas continuam a ser uma linguagem de poder, não de contestação, pois a produção cartográfica segue sendo controlada por grupos dominantes, logo, “a cartografia permanece um discurso teleológico, confirmando

o poder, reforçando o status quo, restringindo as interações sociais no interior de limites bem traçados” (HARLEY, 2009, p. 21).

Constata-se, portanto, que em geral, os mapas expõem o que em cada época os grupos que detinham o poder julgaram ser importante de representar, e que estas representações, após as devidas considerações quanto o grau de subjetividade que apresentam, são documentações que permitem entender quais eram os espaços de interesse, além de possibilitarem acessar o que em cada momento se entendeu por cidade. As cartografias de Belém, produzidas entre as décadas de 40 e 60, propiciam verificar muitas das alegações expostas pelos autores citados, e nos revelam como áreas distintas da cidade eram visibilizadas ou negligenciadas, e consequentemente seleciona espaços que poderiam ser considerados ou não relevantes para serem representados.

O primeiro documento cartográfico que permite entender a cidade e o que na época consideravam importante de ser registrado é o levantamento aerofotogramétrico realizado pela Prefeitura Municipal de Belém em 1955. Este levantamento, embora tenha registrado áreas além da Primeira Léngua Patrimonial⁴, se restringe majoritariamente ao entorno desta, de modo que as ilhas e outros distritos da cidade não aparecem no resultado final. Constata-se, assim, que mesmo aerofotografias que à primeira vista parecem ser mais objetivas, ao elegerem uma escala em detrimento de outras, também enfatizam espaços que se considera de maior relevância para o entendimento da cidade.

Ao analisar detalhes desse levantamento nas aerofotografias avulsas do mesmo (Figura 4), é possível identificar com precisão áreas como a Aeroporto, o Dique da Estrada Nova, a região do Aeroclube e a área do Guamá, que já começava a se estruturar neste momento como um bairro popular, sendo possível verificar que, apesar de ainda possuir extensas áreas vazias, já apresentava vias bastante demarcadas e uma diversidade de construções, que indica a presença de moradores.

Figura 4 – Levantamento aerofotogramétrico e detalhe de parte do bairro do Guamá

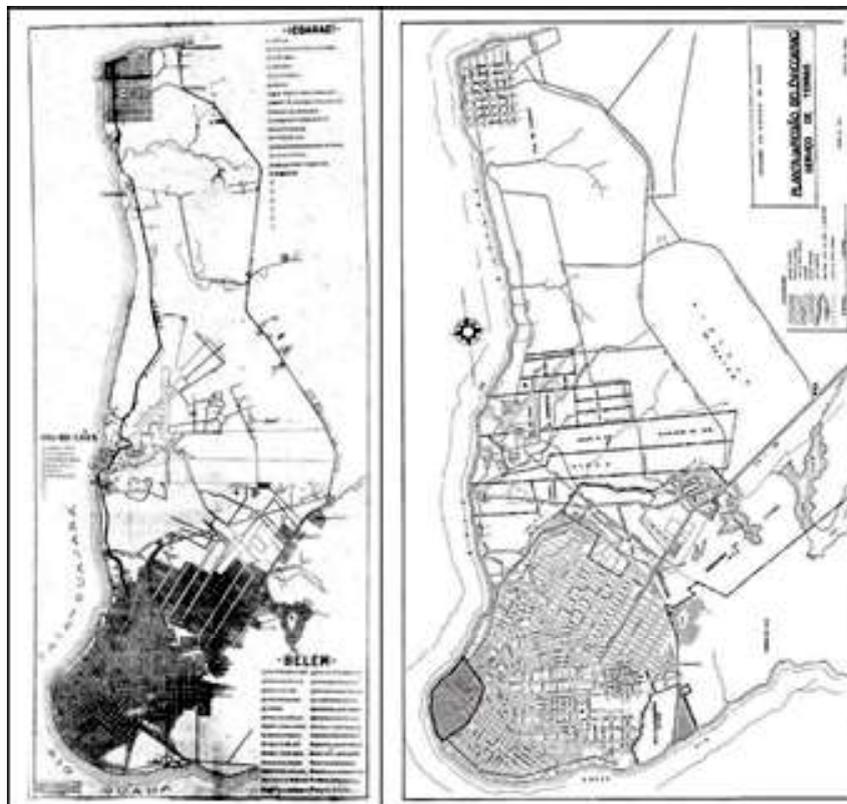


Fontes: Prefeitura Municipal de Belém, 1955; Biblioteca Central da UFPA, [1955?].

⁴ A primeira léngua patrimonial de Belém abrange um raio de aproximadamente 6.600 metros, contado a partir do Forte do Presépio, núcleo de fundação da cidade, e indica a área que foi doada em 1627 pela Coroa Portuguesa a Câmara de Belém para a constituição de seu patrimônio. (ABREU, 2016).

Este levantamento mostra-se ainda mais relevante quando comparado com mapas produzidos da cidade em anos posteriores, como o mapa de Belém de 1958, desenhado por Mayr Fortuna e a Planta da Região Belém-Icoaraci, elaborada pelo Serviço de Terras do Governo do Estado do Pará, em 1965 (Figura 5).

Figura 5 – Mapa de Belém de 1958 e Planta da Região Belém-Icoaraci de 1965



Fontes: FORTUNA, 1958; GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 1965.

Ao analisar o mapa de 1958 é possível observar que embora esta cartografia tenha sido desenhada apenas três anos após o levantamento da cidade, onde já se constatava que diversas áreas alagáveis estavam ocupadas, Fortuna apagou totalmente esta região da cidade, e com isso silenciou (HARLEY, 2009) quase que completamente alguns bairros, como o Guamá. Desta forma o desenhista também apagou uma parte das construções e da sociedade que vivia nestes espaços e os representou como se fosse um vazio.

Ao analisar o mapa de 1958 é possível observar que embora esta cartografia tenha sido desenhada apenas três anos após o levantamento da cidade, onde já se constatava que diversas áreas alagáveis estavam ocupadas, Fortuna apagou totalmente esta região da cidade, e com isso silenciou (HARLEY, 2009) quase que completamente alguns bairros, como o Guamá. Desta forma o desenhista também apagou uma parte das construções e da sociedade que vivia nestes espaços e os representou como se fosse um vazio.

Também chama atenção as identificações e legendas que Fortuna inseriu no mapa, pontuando lugares de três áreas da cidade (Belém, Val-de-cães e Icoaraci) que considerava importantes. A única indicação de um espaço no atual bairro do Guamá é aquela que representa o Cemitério Santa Izabel, mesmo que neste momento o bairro já possuísse outros equipamentos de interesse, como mercado, posto médico, posto policial, escolas e até uma instituição de nível superior, a Escola de Enfermagem Magalhães Barata (figura

6), importante patrimônio da área e que, de certa forma, principiou a posterior propensão a instalação de Instituições deste tipo no bairro. É interessante perceber a técnica utilizada por Fortuna, que preenche com legenda e outras informações regiões da cidade que não foram desenhadas. Desta forma, a indicação textual ao mesmo tempo que evidencia certos espaços, invisibiliza outros.

Figura 6 – Escola de Enfermagem Magalhães Barata no ano de sua inauguração



Fonte: UEPA 25 anos, 2018.

Na planta da Região Belém-Icoaraci de 1965 este tipo de apagamento também se repete, mas de maneira diferente. Observa-se outra característica marcante: apenas dois bairros da Primeira Léguas estão nomeados: o Guamá e a Terra Firme, não é possível precisar o motivo para tal identificação, mas infere-se que esteja relacionada à instalação da Universidade Federal do Pará nas proximidades de ambos, pois a planta indica a área destinada à instituição e o terreno que havia sido doado pelo Instituto Agrônomo do Norte (IAN). Fica evidente nas simbologias que esta planta apresenta, como as marcações das estradas de ferro, rodagem, os limites de áreas federais e estaduais e a indicação de propriedade de terrenos da cidade, que a mesma priorizava dados sobre a questão fundiária do município, e isto é um fato que precisa ser considerado ao utilizá-la como documento.

A comparação de mapas comerciais de três momentos (figura 7) também permite compreender as mudanças da capital paraense e a visão que se tinha dela. No mapa de 1947/48, também desenhado por Mayr Fortuna, observa-se que parte da cidade, provavelmente a que não possuía ainda uma ocupação tão intensa, foi silenciada com uma série de propagandas comerciais, algo semelhante ao que o desenhista fez 10 anos depois no já citado mapa de 1958. Fortuna se preocupou em especificar em quais dos 6 distritos cada área da cidade estava, e apresentou imagens de construções que considerou importantes, como a Catedral de Belém e o Palácio do Governo.

Figura 7 – Mapas de Belém. Da esquerda para direita: Mapa da cidade de Belém (1947/48), Planta da Cidade encontrada no Guia de telefones (1965) e Mapa da Cidade de Belém inserido na revista “Belém 350 anos” (1966)



Fontes: FORTUNA, 1947/1948; GUIA DOS TELEFONES, 1965; BELÉM 350 ANOS, 1966.

O mapa de 1965 inserido no guia de telefones também apresenta apenas parte da Primeira Légua, mas diferente de outros mapas comentados acima, este representa espaços como os bairros de baixadas, demonstrando em sua representação que estavam sendo ocupados e que suas vias estavam sendo construídas, de modo que aparecem tracejadas. É importante mencionar que este guia também servia de catálogo da cidade, trazendo em suas primeiras páginas informações retiradas do Anuário Municipal. Chama atenção ainda os pontos de interesse marcados no mapa, como o Cine Palácio, o edifício do banco do Brasil, os Correios e Telégrafos, a Praça da República, o Clube do Remo, o Bosque Rodrigues Alves, entre outros, quase todos no que Vidal (2016) denomina de “eixo da modernização” - trajeto que compreende as Avenidas Presidente Vargas, Nazaré e Almirante Barroso - ou em suas adjacências. Não há nenhuma indicação de edifício ou equipamento de interesse no bairro do Guamá.

O mapa da Cidade de Belém encontrado na revista “Belém 350 anos” de bastante similar ao do guia de telefones que lhe é contemporâneo, também se restringe a uma parte da cidade, entretanto, insere no canto inferior esquerdo, como um detalhe, o bairro da Marambaia, mesmo que este estivesse além da Primeira Légua. Este mapa utiliza uma representação diferente para indicar as áreas desocupadas e/ou alagáveis e apresenta a nomenclatura de quase todas as vias de Belém que estão representadas, o que permite compreender quais tiveram seus nomes modificados ou foram transformadas com o tempo. Todavia, é possível encontrar certos equívocos na nomenclatura de vias localizadas no bairro do Guamá, que já haviam tido seus nomes modificados, o que é importante de ser levado em conta ao utilizar esta representação como documento.

Vale ressaltar que, embora as cartografias apresentadas possuam diferentes objetivos e maneiras de representar a cidade, todas contribuem para entender a forma como está era enxergada em diferentes épocas, quais eram os pontos de interesse, como enfatizavam e invisibilizavam espaços da cidade, e os motivos por detrás das escolhas do que valia ser representado. Ainda que sejam necessárias análises mais aprofundadas sobre cada uma das cartografias apresentadas neste artigo e seus interesses, todas possibilitam compreender como Belém se transformou ao longo do período estudado, portanto, é possível a partir delas construir novas representações que evidenciem as transformações urbanas da capital paraense e que apresentem outros pontos e perspectivas que até então não haviam sido evidenciados.

Novas perspectivas cartográficas e a visibilização do patrimônio

De acordo com Harley (2009, p. 23), as cartografias têm tendência a “dessocializar o território”, pois a forma como são representadas possibilita a ideia de um espaço socialmente vazio. Em geral os mapas priorizam informações físicas e geográficas dos territórios, em detrimento de aspectos sociais, são silenciados não apenas grupos menos poderosos, mas percepções, apropriações e vivências, que também contribuem para entender o espaço urbano e o patrimônio que cada sociedade reconhece como seu.

Atualmente há uma série de grupos de pesquisa e trabalhos que buscam construir cartografias que privilegiem dados de caráter social, como as relações dos indivíduos com os espaços representados. Em lugares que foram silenciados o método de cartografar a partir das vozes dos grupos que neles habitam tem-se mostrado uma ação importante, não apenas para desvelar informações que estavam ocultas, mas também para revelar experiências, relações de pertencimento e a importância destes grupos na construção e transformações do espaço representado.

Silva (2011, p. 197) recorda que a cartografia moderna privilegiou a escala urbana, e esta se sobrepôs às lógicas e dinâmicas sociais. Sob outra perspectiva, Ribeiro e Lima (2011) afirmam que nos mapas colaborativos - construídos com e a partir dos indivíduos que habitam o lugar representado - o que importa é a escala do território vivido e experimentado. Para a primeira, combater a visão essencialista e totalizadora encontrada nos mapas e dirigir-se aos processos e dinâmicas da cidade “ é fazer insurgir a diversidade de sentidos produzidos e em produção no espaço e ampliar a legibilidade destes, tornando visíveis e reconhecidos também lugares antes localizados à margem dos processos culturais, sociais e políticos hegemônicos” (SILVA, 2011, p. 198).

Este tipo de cartografia, que se opõe e insurge sobre os habituais modos de representar o espaço, é chamada por pesquisadores como Mesquita (2013) e Kiminami (2018) de Contracartografia. Segundo esta última, o termo foi proposto pelo artista e ativista Brian Holmes para designar “cartografias críticas e dissidentes [que] surgem contra o fundo da tecnologia dos mapeamentos dominantes. Elas aparecem como contracondutas no sentido dado por Michel Foucault” (HOLMES, 2006, p. 25, apud KIMINAMI, 2018, p. 83).

As contracartografias buscam gerar mudanças sociais vindas de baixo, e sua principal tarefa, de acordo com Mesquita (2013, p. 176) é “desconstruir a lógica política e econômica de mecanismo, organizações e hierarquias sociais para desvelar contradições e invisibilidades”, elas fomentam novas percepções e combatem o que está estabelecido, oportunizando diálogos e descobertas. É um tipo que representação que busca dar visibilidade ao que foi silenciado, revelando ocorrências ou evidenciando informações que antes eram desconhecidas (KIMINAMI, 2018)

Neste cenário, é importante comentar o trabalho que vem sendo realizado pelo Laboratório de Historiografia da Arquitetura e Cultura Arquitetônica da Universidade Federal do Pará (LAHCA-UFPA). Visando elaborar um Atlas da Modernização de Belém⁵, este grupo investiga os processos de modernização, tanto na arquitetura quanto na cidade, para entender como estes ocorreram em diversas áreas da capital paraense.

5 Este objetivo relaciona-se com duas pesquisas desenvolvidas pelo laboratório, a primeira intitulada “Estudo de processos de modernização em Belém como subsídio para a história urbana (1886-1960)”, já concluída, e a segunda “Arquitetura, cidade e modernização na Amazônia brasileira e suas interfaces com o contexto latino-americano. Belém 1943-1985”, ainda em desenvolvimento.

Atualmente já foi possível constatar que em áreas periféricas, como o bairro do Guamá, também foram construídos equipamentos importantes, implementados serviços de infraestruturas e que, embora apresentem diferenças e contradições quando comparada ao que se construía em áreas mais centrais, os processos de modernização também incidiram nestas regiões, de modo que é necessário evidenciar suas participações nos mesmos e descortinar a lógica que ainda as exclui do que se investiga e documenta. Mapas temáticos que apontam as transformações destas áreas têm se mostrado boas práticas e contribuído para que, diferente de algumas cartografias históricas, se evidencie estas áreas, aponte onde estão localizadas suas construções importantes, que se estabelecem também como seus patrimônios.

Na figura 8 é possível observar um mapa temático de alguns edifícios e equipamentos construídos entre as décadas de 40 a 60 nos dois recortes espaciais discutidos neste trabalho: a Avenida Presidente Vargas e o bairro do Guamá, áreas que, como constatado, foram representadas de distintas maneiras nas cartografias da cidade. Enquanto que a primeira muitas vezes foi evidenciado, e seus edifícios marcados como aqueles que deveriam ser conhecidos, vistos e localizados, o Guamá habitualmente foi apagado e silenciado nas cartografias. Ao analisar este mapa temático, é possível observar que, guardada as devidas proporções, os dois recortes apresentam semelhanças.

Figura 8 – Mapa temático de edifícios e equipamentos construídos na Avenida Presidente Vargas e no bairro do Guamá entre as décadas de 40 e 60.



Ainda que a Presidente Vargas tenha se estabelecido como uma espécie de vitrine da modernização na cidade, com seus edifícios verticais símbolos de novos modos de morar e construir (Figura 9), o Guamá também apresentava edifícios e equipamentos que não fugiam a lógica do que se construía no centro da capital paraense, dentre eles, é importante citar o *clipper* do bairro, abrigo de transporte público e último que ainda permanece de pé, de uma série de equipamentos do mesmo tipo construídos na cidade, que simbolizavam a nova modernidade vinculada ao design de linha norte americana (VIDAL, 2016). Embora

não seja considerado oficialmente patrimônio pelas esferas governamentais, no bairro e para os seus moradores o mesmo é visto dessa maneira (MELO, 2020) e situá-lo em um mapa que também espacializa outras construções relacionadas ao processo de modernização é, de certa forma, devolver e enfatizar sua importância em Belém e nos processos de modernização.

Figura 9 – Prédio do IAPI na Avenida Presidente Vargas, década de 50. Projeto do arquiteto Edmar Penna de Carvalho.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Embora não tenha utilizado o termo, o conceito de cartobiografia proposto por Ortiz (2014), de certo modo também se relaciona com a ideia de contracartografia. Para o autor, as cartobiografias são invenções cartográficas, processos criativos que não possuem uma escala definida ou forma pré-estabelecida e que podem reunir em suas representações desde visões gerais, a momentos, detalhes de histórias e experiências vividas no espaço. Segundo o autor, este tipo de representação se aproxima da arte contemporânea

Com base no exposto por este autor, Melo (2020) elaborou em seu trabalho cartobiografias do Guamá a partir de relatos e lembranças de antigos moradores do bairro, que fizeram emergir informações sobre transformações do bairro, ao mesmo tempo que revelaram suas participações em alterações ocorridas e seus sentimentos com o local que ajudaram a moldar. Vale recordar que, “ao contar as coisas que acontecem em um espaço, também contamos a nós mesmos. O que acontece conosco nos lugares os torna e nos torna diferentes” (ORTIZ, 2014, p. 275, tradução nossa).

As figuras 10 e 11 apresentam exemplos de cartobiografias elaboradas pela autora. Na primeira é possível observar como o serviço de transportes foi prolongado com o tempo pelo bairro, conforme edificações importantes eram erguidas. E na segunda verificam-se espaços e equipamentos citados com frequência como importantes pelos moradores da área, que também mencionaram as transformações ocorridas neles e quais tiveram nome ou função alterados. Constatou-se que as lembranças reveladas por estes moradores ao serem espacializadas trouxeram informações que permaneciam ocultas, como a localização de um cinema no

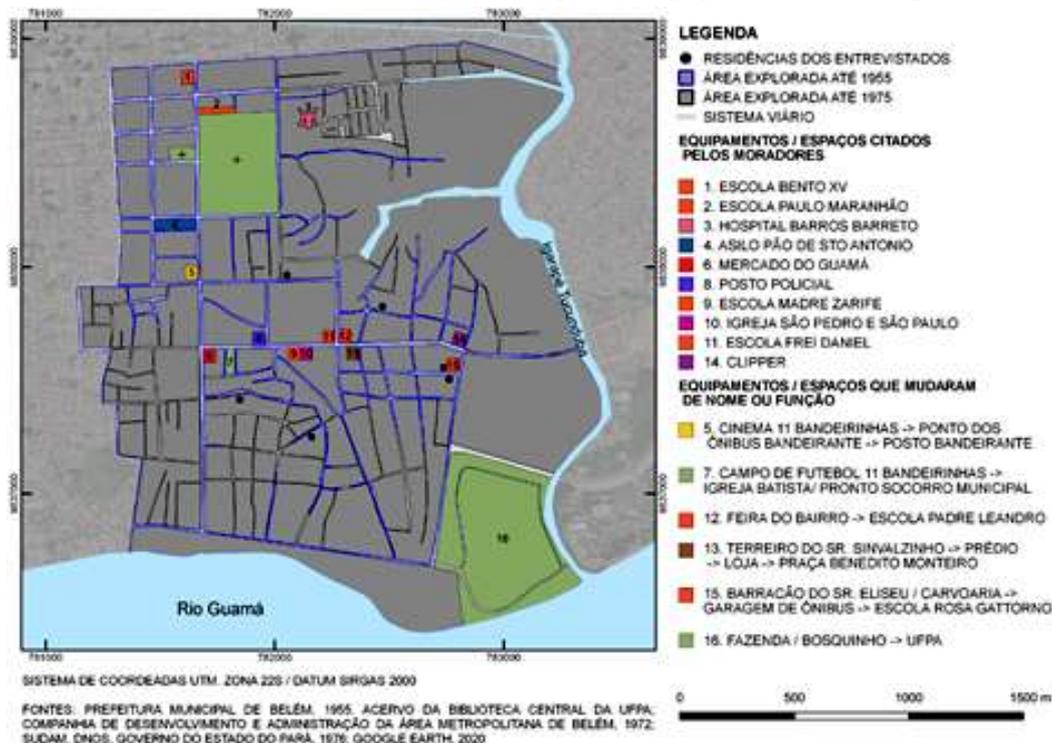
bairro e da área que antes utilizavam para lazer e onde hoje se localiza a UFPA. Observa-se, portanto, que os relatos apresentados, além de indicarem sentimentos de pertencimento entre moradores e o bairro, quando mapeados também servem como fonte documental dos espaços considerados patrimônio por estes.

Figura 10 – Cartobiografia do transporte coletivo do bairro.



Fonte: MELO, 2020.

Figura 11 – Cartobiografia indicando a localização dos espaços e equipamentos citados pelos moradores.



Fonte: MELO, 2020.

A questão do patrimônio material e imaterial, suas “perdas”, invisibilidade e esquecimento, quando não estão incluídos em áreas centrais ou privilegiadas das cidades, ou são pensados sob a perspectiva de grupos de interesses alheios às dinâmicas de sua constituição, acabam por excluir obras, objetos e expressões relevantes para a história dessas áreas. É nessa perspectiva, que Gonçalves (2015) traz à tona a problemática da preservação manejada por órgãos preservacionistas, quando não leva em consideração as dinâmicas próprias dos grupos afetados, como sua cultura, e que apresentam seus próprios significados quanto às questões referentes à identidade, apropriação, construção e destruição de lugares de patrimônio.

Além destas novas perspectivas cartográficas comentadas, outras formas de sistematizar informações sobre o espaço urbano e os indivíduos que o compõe e lhe dão sentido têm se mostrado relevante. O Acervo multimídia proposto por Silva (2011) é um bom exemplo de trabalho que reúne informações sobre determinados espaços utilizando cartografias e dados de caráter mais subjetivo sobre o lugar. De acordo com a autora, “é necessário construir conhecimento acerca do urbano a partir de como seus cidadãos o vivem” (SILVA, 2011, p. 200). Por este motivo, a mesma propõe deslocar o eixo convencional das cartografias, focalizado em uma representação totalizadora, para outro que evidencie o processo e os dispositivos de memória. O banco de dados elaborado por seu grupo de pesquisa visa possibilitar que a representação do movimento urbano esteja aberta a discussões e interações e que possa viabilizar as mais diversas possibilidades de pesquisa (SILVA, 2011).

Constata-se, portanto que as cartografias são importantes ferramentas para documentação do patrimônio. Tanto para entender o que em períodos anteriores foi evidenciado assim, como para visibilizar espaços considerados importantes por outros grupos sociais, que com frequência foram ocultados de representações produzidas, e que os trabalhos atuais em história urbana começam a desvelar a importância nos processos que se desenvolviam na capital paraense.

Considerações finais

Neste artigo abordou-se a temática das cartografias como ferramentas importantes para a documentação do patrimônio. Discutiu-se o quanto este tipo de representação foi usado para indicar o que, em diferentes épocas, os grupos que detinham o poder julgaram que valia ser conhecido e destacado. Observou-se que diversas cartografias de Belém, produzidas entre as décadas de 40 e 60, foram utilizadas como um instrumento para visibilizar os edifícios e as parcelas do espaço urbano que consideravam que fazia parte do Patrimônio da cidade, como a Avenida Presidente Vargas, ao mesmo em que áreas como o Guamá era invisibilizado e silenciado, com apagamentos, escalas equivocadas e outros tipos de técnicas cartográficas, que lhe transformavam em um território vazio, mesmo quando este já possuía edifícios e equipamentos que também são integrantes da história e cultura da capital paraense.

Também foi possível observar a relevância de se adotar nas construções cartográficas atuais práticas que questionem o que está estabelecido e que possibilitem visualizar outras perspectivas das que geralmente são evidenciadas: as áreas que estiveram à margem, a população que foi silenciada, aquilo que não foi representado. É necessário voltar o olhar a sociedade que constrói a cidade e dá sentido ao seu patrimônio, para entender suas experiências, vivências e o modo como intervém na cidade, de modo que

seja possível realizar, como exposto por Kiminami (2018), práticas contracartográficas que evidenciem outras perspectivas, uma vez que “mapear de forma diferente é reapropriar-se criticamente do mapa (MESQUITA, 2013, p. 178).

Nesta perspectiva, o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo LAHCA-UFPA visando construir um Atlas da Modernização de Belém, que permitirá à sociedade entender como ocorreram as transformações na capital paraense, mostra-se relevante, tanto para entender os processos de modernização da cidade, como o seu patrimônio, principalmente o que ainda permanece oculto. A possibilidade de construir um acervo multimídia que reúna de forma sistematizada cartografias de Belém, imagens, informações sobre a cidade, também a partir de lembranças de seus moradores, é significativo e permitirá compreender, com mais profundidade, as transformações urbanas, arquitetônicas e as dinâmicas sociais, que interferem e dão sentido ao que é considerado patrimônio.

Vale ressaltar, tal como expuseram Burda e Martinelli (2012), que os atlas foram importantes ferramentas por meio dos quais os grupos dominantes puderam conhecer e controlar territórios. Hoje, com os meios e informações que se tem, é possível subverter esta lógica e permitir aos grupos sociais que estiveram à margem, também conhecer o território que habitam e intervir nas práticas de valorização do seu patrimônio. Um Atlas eletrônico que permita aos usuários interagir com as informações e participar da construção deste conhecimento possibilitará mapear e entender a cidade e o seu Patrimônio Cultural de forma ampliada, proporcionando, por um lado, a inclusão de patrimônios culturais até então olvidados dos processos decisórios pelas instâncias competentes, e contribuindo, por outro lado, para a construção de uma historiografia urbana mais integrada aos processos reais dos sujeitos que os vivenciaram.

Referências

- ABREU, P. V. L. A morfologia do Plano de Expansão da cidade de Belém e estrutura fundiária do município no século XIX. 205 f. **Dissertação** (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.
- BELÉM. Intendência Municipal. **O município de Belém – 1916**: Relatório apresentado no conselho municipal de Belém na primeira sessão da décima primeira reunião ordinária da nona legislatura, em 2 de junho de 1916 pelo Exmo. Sr. Dr. Antônio Martins Pinheiro, intendente. Belém: Archivo da Intendência Municipal, 1916
- BELÉM 350 Anos. Cidade de Belém. 1966. Mapa digitalizado. Disponível em: <https://issuu.com/belemantiga/docs/revista_bel_m_350_anos>. Acesso em: 16 jul. 2021.
- BELTRÃO, B.; CHAVES, C. Manchetes do jornal A província do Pará, 1949/1954. 2020. 1 Imagem divulgação. Disponível em: <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/20.238/7659>>. Acesso em: 23 jul. 2021.
- BIBLIOTECA CENTRAL DA UFPA. Sem título. [1955?]. Aerofotografia digitalizada.
- BURDA, N. A.; MARTINELLI, M. Cartografia e patrimônio arquitetônico: a elaboração do atlas eletrônico do sítio histórico urbano da lapa (pr) / cartography and architectural heritage. **Revista Ambiência**, [S.L.], v. 8, n. 1, p. 775-792, 30 nov. 2012. GN1 Genesis Network. <http://dx.doi.org/10.5777/ambiencia.2012.03.10>.
- CARDOSO, H. **Mapa temático de edifícios e equipamentos construídos na Avenida Presidente Vargas e o bairro do Guamá entre as décadas de 40 e 60**. 2021. Mapa temático digital. Acervo do Laboratório de Historiografia da Arquitetura e Cultura Arquitetônica.

- COLLADO, A. Atlas Histórico. Interpretaciones gráficas sobre los procesos urbanos en Santa Fe, **Revista Polis**, n. 4, Publicación institucional de la FADU / UNL. Santa Fe, Centro de Publicaciones UNL, noviembre de 1999. ISSN 1514-6464
- CHAVES, C. S. La arquitectura em Belém, 1930-1970: una modernización dispersa com lenguajes cambiantes. 2004. 287 f. **Tese** (Doutorado em arquitetura) – Escuela Técnica Superior de Arquitectura, Universitat Politècnica de Catalunya, Barcelona. 2004.
- CHAVES, T. A. P. V. Isto não é para nós? um estudo sobre a verticalização e modernidade em Belém entre as décadas de 1940 e 1950. 2011. 142 f. **Dissertação** (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2011. Programa de Pós-Graduação em História.
- CHAVES, C.; ARAÚJO LIMA, G. Cidade e modernidade: Processos de modernização urbana em Belém do Pará entre 1930-1960. **Registros. Revista de Investigación Histórica**, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 88–112, 2018. Disponível em: <<https://revistasfaud.mdp.edu.ar/registros/article/view/236>>. Acesso em: 23 jul. 2021.
- FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.
- FARRÉS DELGADO, Y.; MATARÁN RUIZ, A. Colonialidad Territorial: para analizar a Foucault em el marco de la desterritorialización de la Metrópoli. Notas desde la Habana. **Tabula Rasa**. n. 16, janeiro-junho. Bogotá: Universidad Colegio Mayor de Cundimarca, 2012. p. 139-159.
- FORTURNA, M. **Mapa de Belém de 1958**. 1958. Mapa digitalizado. Acervo do Fórum Landi
- FORTUNA, M. **Planta da cidade de Belém. Estado do Pará**. 1947/1948. Planta digitalizada. Acervo do Laboratório de Historiografia da Arquitetura e Cultura Arquitetônica – LAHCA-UFPA.
- GAUTHEROT, M. Avenida Presidente Vargas. [Ca. 1966]. Disponível em: <<https://acervos.ims.com.br/portals/#/detailpage/57748>>. Acesso em: 24 jul. 2021. Acervo do Instituto Moreira Salles.
- GIDDENS, A. **The consequences of modernity**. Londres: Policy Press/Basil Blackwell, 1990.
- GONÇALVES, J. R. S. O mal-estar no patrimônio. Identidade, tempo e destruição. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 28, n. 55, p. 211-228, janeiro-junho 2015.
- GORELIK, A. O moderno em debate: cidade, modernidade, modernização. In: MELO MIRANDA, W. **Narrativas da modernidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 55-80.
- GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. **Planta da Região Belém-Icoaraci**. 1965. Planta digitalizada. Acervo do Fórum Landi.
- GUARDIA, M.; MONCLÚS, F. J.; OYÓN, J. L. Los atlas de ciudades entre la descripción y la comparación. El atlas historico de las ciudades europeas. **AYER**, 23, p. 109-134, 1996.
- GUIA DOS TELEFONES. Belém. Planta da cidade. 1965. Planta digitalizada. Disponível em: <https://issuu.com/ufpadoispontozero/docs/guia_dos_telefones._1965>. Acesso em: 16 jul. 2021.
- HARLEY, J. B. **Hacia una deconstrucción del mapa**. La nueva naturaleza de los mapas. México: Fondo de Cultura Económica, 2005. p. 185-207.
- HARLEY, J. B. Mapas, saber e poder. Tradução Mônica Balestrin Nunes. **Confins – Revista Franco-Brasileira de Geografia**, n. 5, 2009. Disponível em: <<http://confins.revues.org/5724>>. Acesso em: 10 jul. 2021
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Prédio do IAPI em Belém (PA)**. 1953. Fotografia. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/belem/historico>>. Acesso em: 28 jul. 2021
- KIMINAMI, C. A. G. Contracartografias: práticas críticas em um mundo hipermapeado. 2018. 201 f. **Dissertação** (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2018.

MELO, I. Outras faces da modernização: história urbana e cartografias do bairro do Guamá em Belém (1936-1975). 195f. **Dissertação** (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020

MESQUITA, A. Mapas Dissidentes: Proposições sobre um mundo em crise (1960-2010). 2013. **Tese** (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2013.

MIGNOLO, W. D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista brasileira de ciências sociais**. São Paulo, v. 32, n. 94, p. 1-17, jun. 2017

NAME, L. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões espaciais básicas e em arquitetura. Pós. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP**, [S. l.], v. 28, n. 52, p. e176627, 2021. DOI: <[10.11606/issn.2317-2762.psevpogramapsgradarquiturbanfauusp.2021.176627](https://doi.org/10.11606/issn.2317-2762.psevpogramapsgradarquiturbanfauusp.2021.176627)>.

ORTIZ, A. J. P. Carto[bio]grafias. Invenções cartográficas para representaciones experienciales. **Urbs. Revista de Estudios Urbanos y Ciencias Sociales.**, Almería, v. 4, n. 1, p. 269-276, 2014. Disponível em: <http://www2.ual.es/urbs/index.php/urbs/article/view/palacios_ortiz>. Acesso em: 17 jul.2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM. Levantamento Aerofotogramétrico. 1955. Imagem digitalizada. Acervo do Laboratório de Historiografia da Arquitetura e Cultura Arquitetônica.

QUIJANO, A. Colonialidad y modernidad/racionalidad. **Perú Indígena**, v. 13, p. 11-29, 1992.

RÁDIO WEB UFPA. **Vista aérea da construção do campus do Guamá na década de 60**. 2017. Acervo do Museu da UFPA. Fotografia. Disponível em: <<http://www.radio.ufpa.br/webdoc60/eu-na-ufpa/#galeria-1>>. Acesso em: 16 jul. 2021

RAUSCH, G. La invención del saber cartográfico. Algunos aportes para el análisis de la imagen cartográfica desde una perspectiva epistemológica. In: CICUTTI, B. (Comp.). **La cartografía como objeto de cultura: Materiales para su discusión**. Rosario: Nobuko, 2012. p. 131-154.

RIBEIRO, J. C. S.; LIMA, L. B. Mapas colaborativos digitais e (novas) representações sociais do território: uma relação possível. **Ciberlegenda**, Rio de Janeiro, v. 25, p. 38-47, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/ciberlegenda/article/view/36882/21456>>. Acesso em: 16 jul. 2021

SANTOS, R. **História econômica da Amazônia**. Manaus: Editora Valer, 2019.

SILVA, R. H. A. Cartografias urbanas: a constituição de um acervo multimídia. In: CASTRIOTA, L. B. (Org.). **Arquitetura e Documentação: novas perspectivas para a história da arquitetura**. São Paulo: Annablume, Belo Horizonte: IEDS, 2011. p. 197-219.

UEPA 25 ANOS. Escola de Enfermagem Magalhães Barata no ano de sua inauguração em 1944. 2018. Fotografia. Disponível em: <http://25anos.uepa.br/?page_id=449>. Acesso em: 20 jul. 2021

VIDAL, C. N. C. P. Experiências do Moderno em Belém: construção, recepção e destruição. **VIRUS**, São Carlos, n. 12, 2016. Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus12/?sec=4&item=11&lang=pt>>. Acesso em: 14 Jul. 2021.

Submetido em: 26.08.2021

Aceito em: 21.10.2021